Título Refúgio sofisticado no sul de Portugal tem se tornado um destino atrativo para o circuito da arte com mostras de galerias brasileiras como Fortes D'Aloia & Gabriel e Leme.
Data 5 de Setembro de 2025

Autor Nina Rahe
Evento Blinded by the Light – Comporta
Publicação Valor

ines249

EU&

Mercado de verão

Exposições Refúgio sofisticado no sul de Portugal tem se tornado um destino atrativo para o circuito da arte com mostras de galerias brasileiras como Fortes D'Aloia & Gabriel e Leme. Por *Nina Rahe*, para o Valor, de Comporta (Portugal)

Em uma sexta-feira de agosto, feriado de Assunção de Nossa Senhora, a Praia da Comporta, situada a pouco mais de uma hora de Lisboa, apresentava um fluxo crescente de pessoas. Enquanto muitos banhistas estacionavam o carro e caminhavam pelas passarelas até avistar o extenso areial que termina no mar, no centro da vila não havia quem passasse em frente à porta da Casa da Cultura da Comporta sem espichar o olho para o primeiro ambiente do espaço.

No galpão, onde já funcionou um celeiro de arroz e um cinema, obras de artistas brasileiros como Antonio Tarsis, Mauro Restiffe e Janaina Tschäpe atraíam uma quantidade de visitantes pouco habitual para uma galeria de arte.

Embora muitos fossem tomados de surpresa com uma exposição nesse pequeno povoado da costa alentejana, a mostra "Blinded by the Light", encerrada em 30 de agosto, fez parte de um projeto capitaneado pela galeria brasileira Fortes D'Aloia & Gabriel desde 2021.

A estratégia é acompanhar o fluxo de verão europeu, situando-se em um destino de praia no momento em que ela se torna o principal atrativo para um público que pode, entre um descanso e outro, se animar não apenas com a possibilidade de contemplar arte, como de comprá-la.

Tanto que "Clareira", pintura da paulista Marina Rheingantz com 1,9 metros de altura e 2,5 de comprimento, já havia sido vendida para o Museu de Arte Contemporânea Armando Martins (Macam), e as obras do artista radicado em Lisboa João Maria Gusmão precisaram ser substituídas por outras após serem adquiridas por um colecionador que não conseguiria esperar o encerramento da mostra para retirá-las.

O modelo de negócio já vem sendo adotado por outras galerias, caso da suíça Hauser & Wirth, que abriu uma filial na Isla del Rey, em Menorca, e da madrilena Parra & Romero, com sua sede em Ibiza. Mas a atuação da Fortes

DIVULGAÇÃO

A mostra "Blinded by the Light", projeto capitaneado pela Fortes D'Aloia & Gabriel na costa portuguesa

D'Aloia & Gabriel na Comporta está atraindo o interesse do mercado de arte para uma região que se manteve durante muito tempo intocada e só recentemente começou a chamar atenção como destino de luxo em razão dos crescentes investimentos imobiliários. A região tem uma extensão de 12.500 hectares e engloba sete vilas, entre Pego, Carvalhal, Brejos, Torre, Possanco, Carrasqueira e a própria Comporta.

"É uma rosta que recebe pessoas realmente engajadas com a cultura, entre colecionadores, artistas e curadores, e não existe oferta para suprir essa demanda", diz Maria Ana Pimenta, sócia e diretora internacional da Fortes D'Aloia & Gabriel.

De origem portuguesa, ela visualizou a oportunidade de montar um espaço durante os meses de verão na Comporta por meio de um edital da Casa da Cultura que tinha como objetivo analisar propostas de ocupação do espaço com fins culturais. "Acho que o nosso projeto implementou uma programação em uma época que, na Europa, costuma ser dormente, o que gerou, sem dúvida, um movimento não só para nós", diz.

Por isso, não foi à toa que as últimas duas edições do projeto já tenham contado com companhia. A Kubikgallery, situada tanto em Lisboa como no Porto, transformou um antigo galpão abandonado em espaço de arte. O primeiro ano, segundo o galerista João Azinheiro, foi positivo em relação à recepção e "ok" no que se refere às vendas, em um balanço que o fez continuar a empreitada.

"Financeiramente, estar na Comporta é algo caro, e para uma galeria pequena poderia ser quase inviável, mas atingimos metas no primeiro ano, conhecemos novos clientes, e vendemos para o Brasil, Itália, França, Estados Unidos e Portugal", diz. "Não vou dizer que é um oásis e que qualquer projeto funciona, mas senti também que havia um quórum de pessoas que depois se tornou fiel na nossa sede em Lisboa."

Contra os altos custos, uma das alternativas tem sido justamente a colaboração. A D'Aloia & Gabriel, desde 2021, por exemplo, convidou diferentes galerias para se juntar à proposta, criando um histórico de parcerias com espaços como Luisa Strina, Nara Roesler e Mendes Wood DM.

O galerista Alexandre Roesler, inclusive, ficou surpreso ao conhecer a região em 2024 e ver o número de colecionadores e curadores internacionais que participaram da abertura da mostra "Stirring the Pot", com trabalhos de Igshaan Adams, Efrain Almeida, Leonardo Drew, Alberto Pitta e Marina Rheingantz.

Depois da experiência, ainda que Roesler não veja perspectivas de assumir uma operação do tipo em Portugal, ele participa neste ano da exposição que acontece na Kubikgallery com obras de três artistas representados por ele, Arthur Lescher, Raul Mourão e Vik Muniz.

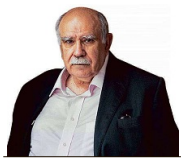
A galeria portuguesa está em uma localização menos central do que a Casa da Cultura da Comporta, onde se encontra a Fortes D'Aloia & Gabriel, mas tem como vantagem a vista para a Reserva Natural do Estuário do Sado, cujo cais palafítico aparece emoldurado pelas janelas de vidro do segundo andar. E, nesse pavimento, mais uma parceria se estabelece com um espaço brasileiro, a Leme, que faz parte da coletiva com artistas como Gabriel Giucci e Sandra Gamarra Heshiki.

Na visão de Eduardo Leme, é uma participação despretensiosa e da qual ele diz não esperar tanto, embora afirme que os resultados nem sempre se medem pela régua das vendas imediatas.

"O mercado mudou muito. Antigamente, você voltava das feiras com cadernos repletos de cartões. Hoje, a maneira que você promove uma galeria é diferente. O mercado está cada vez mais interessado em experiências como a de Comporta e, se eu não ganho com as vendas, posso ganhar com a repercussão", diz Leme. ■

Coluna Social

A escravidão, de novo



José de Souza Martins

O sistema econômico inventou estratégias que agregassem ao lucro o lucro extraordinário derivado da sobre-exploração do trabalho

Três diferentes notícias da semana passada lançam luzes sobre a problemática e persistente questão da escravidão pós-escravista no Brasil.

Uma relativa a casos nos Lençóis Maranhenses. Um deles, envolvendo quatro pescadores e mar aberto. Outro, envolvendo 76 trabalhadores na extração de palha de carnaúba. O resgate foi feito por auditores do Ministério Público do Trabalho, com apoio da Polícia Federal e da Defensoria Pública da União.

No Rio Grande do Sul, uma idosa que trabalhou na casa de uma família desde os 4 anos de idade teve sua situação reconhecida pela Justiça como de cativeiro. Que reconheceu também a relação de exploração, por meio da integração na família, como relação parental. Marido e mulher, já falecidos, a quem ela servira desde sempre, foram reconhecidos como pai e mãe.

Mandou a Justiça que essa paternidade putativa fosse anotada em seu registro de nascimento. Foram-lhe reconhecidos direitos sucessórios à casa em que sempre vivera e de que se recusava a sair.

Caso mais complicado é o da Fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen, no Pará. Tinha a área de 100 mil hectares. Essa fazenda foi vendida a outro grupo econômico. O caso transitou na Justiça como pendência da empresa alemã, que foi condenada pela Justiça do Trabalho de Redenção a pagar R$ 165 milhões por escravidão, nos anos 1970 e 1980, na ditadura militar. Terá, ainda, que publicar um pedido de desculpa às vítimas em revistas e jornais. A empresa recorrerá.

A ocorrência envolveu cerca de 600 trabalhadores. Eram empregados na derrubada da mata e na roçagem para formação e manutenção de pastagens. Sem vínculo empregatício, arregimentados como terceirizados por empreiteiros.

A Vale do Rio Cristalino destinava-se à criação de gado, com infraestrutura industrial de abate, refrigeração e envio do produto por avião para a Alemanha. Aquele país podia receber carne fresca como se tivesse uma fazenda amazônica de pecuária em seu próprio território.

CARVALL

A Fazenda Vale do Rio Cristalino representava uma revolução peculiar, ainda que esdrúxula, no capitalismo. Fazia-o ultramoderno e ultra-atrasado ao mesmo tempo. O atraso num momento do processo de produção como fator de acumulação extraordinária de capital. Uma característica da economia da ditadura, a do crescimento econômico sem desenvolvimento social e com repressão laboral. Uma funcionalização do que na teoria de Max Weber aparece como irracionalidade econômica anticapitalista.

Na Vale do Rio Cristalino, já estávamos vivendo uma revolução econômica baseada na injustiça social extrema e na inclusão perversa dos trabalhadores no processo de criação da riqueza e de reprodução ampliada do capital. O trabalhador divorciado da condição de membro da sociedade de capitalista. Convertia-se em vítima descartável e em problema social. Na Amazônia nascia uma nova forma de capitalismo, diferente do que a teoria preconizava e interpretava.

No século XIX, uma das teorias do desenvolvimento capitalista reconhecia que a renda da terra era anômala no empreendimento econômico moderno. A terra, bem finito e não reprodutível, era anticapitalista.

A empresa moderna, para usar a terra, tinha que pagar renda, aluguel, ao proprietário de terra, um parasita do lucro. Uma dedução se o próprio capitalista não fosse o proprietário da terra.

Aqui, o general Golbery do Couto e Silva propôs reformas jurídicas e a criação de uma estrutura de direito que modernizava o direito fundiário e abria espaço para que o empresário capitalista se tornasse também proprietário de terra. E unificasse lucro e renda. Era o fundamento de uma economia necessariamente antidemocrática e carente de autoritarismo. O capitalista gerado pela economia da ditadura tornou-se um ser duplo, capitalista e anticapitalista ao mesmo tempo.

Para viabilizar esse estranho capitalismo divorciado de racionalidade, o sistema econômico inventou estratégias que agregassem ao lucro o lucro extraordinário derivado da sobre-exploração do trabalho. Isto é, o trabalho escravo legalizado sob a forma de trabalho terceirizado. O empregador sem responsabilidade nas condições adversas de trabalho do trabalhador.

Mas assim como a renda da terra metamorfoseia-se em lucro, em renda não paga ao proprietário quando é ele o próprio capitalista, o valor criado pelo trabalho do escravo converte-se em capital e perdura como tal mesmo após a cessação da relação de cativeiro. Incorpora-se ao capital constante como trabalho não pago.

O Brasil é o laboratório da reinvenção do capitalismo. Tem sido, também, o laboratório do desenvolvimento da teoria que o explica, mas não tem produzido os leitores que a compreendam e difundam. Nem na universidade.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista", Editora Unesp, São Paulo, 2023. ■